

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

E OBJECTIVOS PROGRAMÁTICOS DA CGTP-IN



A CGTP-IN, CRIAÇÃO HISTÓRICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES, CONSTITUI UM CONTRIBUTO DETERMINANTE PARA O PROGRESSO E A LIBERDADE E É UM PATRIMÓNIO COMUM DE QUANTOS TRABALHAM E LUTAM POR UM PORTUGAL DE PROSPERIDADE, JUSTIÇA E LIBERDADE.

TODA A HISTÓRIA DA HUMANIDADE, TODO O CAMINHO MILENÁRIO DO HOMEM NA BUSCA DO PROGRESSO E DA LIBERDADE LANÇAM RAÍZES NO TRABALHO, NO ESFORÇO CRIADOR E PRODUTIVO. É NO TRABALHO, NA VIDA E NA SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA DOS TRABALHADORES QUE A HUMANIDADE ENCONTRA OS MAIS SÓLIDOS, MAIS GENEROSOS E MAIS HUMANOS DOS SEUS VALORES ÉTICOS.

A NATUREZA DE CLASSE DA CGTP-IN



A CGTP-IN assume-se como uma organização sindical de classe porque reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade; porque visa defender os legítimos interesses e aspirações colectivas e individuais das trabalhadoras e dos trabalhadores portugueses, nas suas múltiplas dimensões de cidadãos e criadores da riqueza material e espiritual; porque visa promover a sua emancipação cívica, económica, social e cultural, combatendo as injustiças, as desigualdades, as discriminações, as exclusões, o egoísmo, o racismo, a xenofobia, a alienação cultural e a exploração económica do sistema capitalista, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes.

AS RAÍZES DA CGTP-IN



Ao longo de mais de um século de existência, vivido nas condições mais diversas, o movimento operário português acumulou uma vasta experiência colectiva própria que, enriquecida pelos ensinamentos, história e pela acção do movimento operário internacional, lhe permite afirmar-se como força social determinante na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, na resolução dos problemas nacionais, nas tarefas da construção de uma sociedade mais justa e fraterna e no reforço dos laços de solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, como expressão de soberania popular, contou com a intervenção decisiva da Intersindical Nacional

nas transformações políticas, económicas e sociais então realizadas, como as nacionalizações, a reforma agrária; (...) conquista e defesa dos mais importantes direitos políticos, económicos e sociais dos trabalhadores que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976.

Na continuação da sua herança histórica, na aplicação dos princípios e na prossecução dos objectivos, contra a exploração, pela promoção das condições de vida e laborais dos trabalhadores, na luta pelo aprofundamento da democracia política, económica e cultural, a CGTP-IN é e continuará a ser, a Central sindical dos trabalhadores portugueses e a merecer por parte destes todo o empenho, apoio e confiança.

OS PRINCÍPIOS DA CGTP-IN



A UNIDADE

A CGTP-IN é um movimento sindical unitário porque reconhece a liberdade de sindicalização de todos os trabalhadores. O carácter unitário da CGTP-IN tem, por isso, como pressuposto o reconhecimento da existência no seu seio de pluralidade do mundo laboral, o que não impede, antes exige, a defesa da unidade orgânica do movimento sindical como etapa superior de unidade na acção baseada em interesses de classe comuns e o combate de todas as acções tendentes à sua divisão.

A SOLIDARIEDADE

A CGTP-IN enraíza a sua actividade ao nível dos locais de trabalho e cultiva e promove os valores da solidariedade de classe e internacionalista que enformaram a génese do movimento sindical e propugna pela sua materialização, lutando pela emancipação social dos trabalhadores portugueses e de todo o mundo, pela universalização da Paz e dos Direitos Humanos na sua dimensão política, económica, social e cultural e lutando pelo fim da exploração capitalista e da dominação imperialista.

O SINDICALISMO DE MASSAS



A CGTP-IN é uma organização de massas porque nela se organizam e participam todos os trabalhadores, independentemente da sua raça, crença religiosa ou do partido a que pertençam e porque assenta a sua acção numa permanente audição e mobilização dos trabalhadores e na intervenção de massas nas diversas formas de luta pela defesa dos seus direitos e interesses e pela elevação da sua consciência política e de classe.

OBJECTIVOS PROGRAMÁTICOS DA CGTP-IN



Promover um Portugal democrático, desenvolvido, solidário, soberano, assente nos valores, ideais e conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974. Para a CGTP-IN, estes valores são as referências em que se alicerça a defesa da identidade e da soberania em Portugal, assim como, a resposta sindical face ao processo de integração europeia e de globalização capitalista e de cariz neoliberal em curso, combatendo a ofensiva contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores que os mesmos comportam. Contribuir para a construção de uma democracia política, económica, social e cultural. A CGTP-IN, herdeira do património da classe trabalhadora portuguesa, respeitando as suas raízes e a sua natureza de classe, considera que a

democracia é um valor intrínseco à emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras que é insubstituível no desenvolvimento sustentado da sociedade. A CGTP-IN defende uma Democracia política, económica, social e cultural em que se conjugam o respeito pelos Direitos Humanos com evolução sustentada em todas as dimensões da vida humana, na valorização do trabalho e na dignidade dos trabalhadores. Organizar os trabalhadores para a defesa dos seus direitos colectivos e individuais. Desenvolver um sindicalismo de intervenção e transformação, com a participação dos trabalhadores, na luta pela sua emancipação e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploração do homem pelo homem.



A DEMOCRACIA

A CGTP-IN é uma organização democrática porque considera o exercício da democracia sindical como um direito e um dever de todos os trabalhadores. A vida democrática que preconiza tem como alicerces a participação activa dos trabalhadores na vida das estruturas sindicais, na definição das reivindicações e objectivos programáticos, na decisão sobre as formas de intervenção e luta, na liberdade de expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores e no respeito integral pelas decisões maioritariamente expressas, resultantes de um processo decisório democrático que valorize os contributos de todos.

A INDEPENDÊNCIA

A CGTP-IN é uma organização independente, porque define os seus objectivos e determina a sua actividade com total autonomia face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza não sindical e que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade.



CONGRESSO

Garantir Direitos | Combater a Exploração
Afirmar Abril por um Portugal com Futuro

23 | 24 Fevereiro 2024 • Seixal



SÍNTESE DO PROJECTO DE

PROGRAMA DE ACÇÃO

Os trabalhadores, reformados e pensionistas, os jovens, bem como outras camadas da população, enfrentam graves dificuldades no seu dia-a-dia e as desigualdades acentuam-se em consequência da ausência de resposta aos graves problemas estruturais do País. É enorme o fosso entre a larga maioria, que luta diariamente para pagar as contas, a renda ou prestação ao banco e pôr comida na mesa, e uns poucos, que lucram cada vez mais com o aumento da exploração, do custo de vida e com as dificuldades impostas a quem trabalha e trabalhou.

A actual situação política decorrente da anunciada dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas para dia 10 de Março pelo Presidente da República, invocando a necessidade de fazer aprovar um Orçamento do Estado que não serve os trabalhadores e o País, coloca aos trabalhadores a necessidade de intensificar a acção e intervenção em torno das suas justas reivindicações, no que diz respeito, nomeadamente, aos salários, às pensões, à saúde, à educação e à habitação.

DEZ. 2023

Agora, como antes, o que se exige são respostas aos problemas dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, dos jovens, das famílias. Exige-se uma política alternativa que enfrente os interesses dos grandes grupos económicos e que rompa com o caminho de favorecimento desses mesmos interesses, que tem sido seguido pelo PS, com o apoio do PSD, CDS, CH e IL. As consequências dessa opção política estão à vista de todos: enquanto os trabalhadores passam por dificuldades e se degradam os serviços públicos e as funções sociais do Estado, com particular destaque para a grave situação em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde, aumentam os lucros do capital!

É neste contexto que se realiza o XV Congresso da CGTP-IN, num quadro de forte agravamento das condições de trabalho e de vida no nosso País, mas no qual a luta dos trabalhadores e do povo tem vindo a assumir um papel de cada vez maior destaque.



A criação da **CGTP-IN** constitui um marco de grande significado histórico no longo, difícil e heróico percurso do Movimento Operário e Sindical para se afirmar como força de progresso e de transformação da sociedade. Forjada, desenvolvida e fortalecida sempre com os trabalhadores.

Única na forma como se organiza, como integra no seu interior todos aqueles que assumem a defesa dos interesses dos trabalhadores e reconhecem, para transformar, o carácter de classe e os antagonismos que deste emergem na nossa sociedade, a **CGTP-IN é a organização sindical portadora de um projecto de ruptura e emancipação do trabalho e dos trabalhadores.**

São estas dimensões que estão incorporadas no Lema do XV Congresso:

➔ ORGANIZAÇÃO, UNIDADE E LUTA

É a luta organizada e em unidade dos trabalhadores a garantia da defesa e avanço dos seus direitos e o motor de transformação social que os explorados conquistaram e têm ao seu dispor.

➔ GARANTIR OS DIREITOS, COMBATER A EXPLORAÇÃO

Reside na garantia dos direitos o elemento central para a satisfação das necessidades de quem trabalha e trabalhou e é no combate à exploração que asseguramos a construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados.

➔ AFIRMAR ABRIL POR UM PORTUGAL COM FUTURO

A **afirmação de Abril** é a assumpção plena dos valores e conquistas da Revolução, que tem entre os seus elementos centrais a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a defesa e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e a recuperação para a esfera pública das empresas e sectores estratégicos, alicerçado na definição soberana de um novo modelo de desenvolvimento, fundamental para a construção de um Portugal com futuro.

CAPÍTULO I



A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA A ACÇÃO TRANSFORMADORA

Num quadro em que o capitalismo reforça a sua natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora, os sindicatos e o movimento sindical unitário, com a sua natureza de classe e princípios programáticos, são mais necessários que nunca. A situação em que vivemos exige e propicia condições para o desenvolvimento da acção integrada, associando a luta reivindicativa com a organização sindical, dando uma resposta pronta e promovendo uma vasta acção assente na planificação, programação e iniciativa para intervir, agir e organizar nos sectores prioritários e nas novas empresas, locais de trabalho e serviços. O reforço da intervenção e organização nos locais de trabalho é indissociável da sindicalização, da ligação aos trabalhadores, onde os delegados sindicais desempenham um papel estratégico na vida e eficácia da luta sindical. É necessário dar mais atenção ao reforço e alargamento da rede de delegados sindicais, abrangendo novas empresas e serviços, recrutando os activistas que tomam a iniciativa em defesa dos trabalhadores e são portadores da sua confiança.

É, ainda, preciso:

- Reforçar a sindicalização, uma prioridade estratégica e tarefa permanente de todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais;
- Promover a defesa e o exercício dos direitos sindicais, vitais para a existência de trabalhadores e sindicatos organizados e com força nos locais de trabalho;
- Fortalecer a unidade na acção, construída a partir de locais de trabalho e da identificação de problemas e interesses comuns dos trabalhadores e para impedir a intensificação da exploração e o retrocesso social;
- Combater o divisionismo, o individualismo, manobras oportunistas e tentativas de influência e condicionamento da autonomia e da independência do MSU;
- Concretizar e consolidar processos de reestruturação encetados e não concluídos, avançar com novos processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira para fortalecer os sindicatos;
- Recrutar e formar novos quadros sindicais, mantendo a nossa identidade de organização sindical de classe, unitária, democrática, independente, solidária e de massas;
- Imprimir mais dinâmica às organizações específicas: à Interjovem, na intervenção junto dos jovens trabalhadores; à Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens, na acção sindical integrada na vertente da igualdade e na conciliação entre vida profissional e a vida pessoal e familiar; à Inter-Reformados para que os trabalhadores que deixarem a sua vida activa, continuem ligados aos seus sindicatos;
- Melhorar a informação, a comunicação, a propaganda sindical e as relações públicas, instrumentos fundamentais para a afirmação e divulgação os direitos dos trabalhadores e da actividade sindical.

CAPÍTULO II



A LUTA E ACÇÃO REIVINDICATIVA NOS LOCAIS DE TRABALHO – AUMENTAR SALÁRIOS, GARANTIR DIREITOS

A luta dos trabalhadores sempre foi determinante para concretizar avanços laborais, sociais e políticos. O direito de negociação e contratação colectiva reconhecido na Constituição, é determinante para avançar nas condições de trabalho, é instrumento de consagração de direitos conquistados, para aumentar os salários e o progresso das condições de vida dos trabalhadores, para combater a exploração e valorizar o trabalho e os trabalhadores, dos sectores público e privado. Na intervenção sindical, o contacto directo com os trabalhadores, nos locais de trabalho, os plenários de trabalhadores são momentos imprescindíveis para consulta, esclarecimento, informação e participação na tomada de decisões sobre a luta a encetar e para a valorização dos resultados. No plano institucional, a CGTP-IN continuará a combater a ideologia da conciliação de classes e a desmontar a falácia de que com a "concertação" e o "diálogo social" se institucionaliza uma igual relação de forças.

A CGTP-IN tudo fará para envolver os trabalhadores na acção e na luta reivindicativa pelos seguintes objectivos prioritários:

- O aumento geral e significativo dos salários, para todos os trabalhadores dos sectores público e privado, e a fixação do salário mínimo nos 1000 euros ao longo do ano de 2024;
- A revogação da caducidade e de outras normas gravosas da legislação laboral, designadamente a facilitação dos despedimentos, e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e da renovação automática das convenções colectivas de trabalho;
- A redução dos horários de trabalho para as 35 horas para todos, a rejeição das adaptabilidades, banco de horas e outras formas de desregulação dos horários de trabalho, bem como o combate à generalização do trabalho por turnos, do trabalho noturno e da laboração contínua;
- O respeito pelas profissões, carreiras e estatutos profissionais, por forma a garantir a evolução profissional em função da experiência e conhecimentos acumulados;
- A defesa do emprego seguro e com direitos, dando combate à precariedade, que é preciso erradicar, exigindo que todo o posto de trabalho permanente seja ocupado por trabalhador com vínculo efectivo.

CAPÍTULO III



EMPREGO, DIREITOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A CGTP-IN lutará pela efectivação do direito ao trabalho e à segurança no emprego, tal como está assegurado na Constituição da República Portuguesa (CRP). A intervenção dos sindicatos da CGTP-IN e a luta dos trabalhadores foram determinantes para que milhares de trabalhadores com vínculos precários passassem ao quadro de efectivos. É fundamental que se cumpra a CRP e se efectivem os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores. O direito ao exercício de actividade sindical na empresa ou serviço, o direito de ser sindicalizado e de participar livremente na actividade sindical a todos os níveis, nomeadamente nos plenários nos locais de trabalho, constituem direitos fundamentais para a afirmação da democracia participativa e a efectivação dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Continuaremos a luta pela criação de empregos seguros e com direitos, com salários dignos e horários regulados para que os trabalhadores possam concretizar as suas justas aspirações, o que passa por:

- Investir no aparelho produtivo e no desenvolvimento tecnológico e sustentável, ao serviço do País;
- Aumentar a produção nacional, questão central para criar emprego e para o reequilíbrio da actividade produtiva no território nacional e para a defesa da soberania e da independência nacionais;
- Lutar por um emprego seguro e com direitos, contra todas as formas de precariedade – contrato a termo, trabalho temporário, prestação de serviços, falsos recibos verdes, outsourcing, etc. – e afirmar o princípio que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo de trabalho efectivo;
- Exigir a alteração das normas legais aplicáveis ao trabalho nas plataformas digitais, de modo a prever conversão automática das relações de trabalho dos trabalhadores nestas plataformas em contratos de trabalho efectivo com as empresas gestoras das mesmas;
- Exigir o respeito integral pelos direitos dos trabalhadores em teletrabalho, nomeadamente quanto ao salário e outras prestações pecuniárias, horários de trabalho, direito à privacidade, conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar;
- Reverter a realidade actual e passar para o controlo público as principais empresas e serviços estratégicos, o que é fundamental para a democracia, um imperativo para o País, para combater as desigualdades e a pobreza e promover a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações;
- Exigir a efectivação dos direitos, liberdades e garantia dos trabalhadores e combater todo o tipo de discriminações;
- Lutar pelo direito à formação profissional, a valorização dos profissionais e da aprendizagem ao longo da vida, porque a melhoria das qualificações é necessária para o desenvolvimento do País;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho, elementos que não podem ser separados das condições de prestação de trabalho nem da dignificação do trabalho e dos trabalhadores, para prevenir acidentes de trabalho e doenças profissionais.

CAPÍTULO IV



DEFENDER E REFORÇAR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

A Constituição da República Portuguesa (CRP) define a garantia dos direitos sociais como tarefa fundamental do Estado, que deve concretizar o aumento do bem-estar e da qualidade de vida, a igualdade real entre os cidadãos e o acesso a serviços públicos e às funções sociais do Estado, designadamente, na protecção social, na saúde, na educação, na cultura e na habitação. A CGTP-IN continuará a defender a materialização destes preceitos constitucionais, expresso nos princípios da democracia económica, social e cultural e garantia da universalidade dos direitos, combatendo todos os ataques aos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do país e continuará, o combate pela defesa dos serviços públicos de qualidade, contra a sua degradação e pela defesa e reforço das funções sociais do Estado.

A CGTP- IN continuará a lutar:

- Pelo sistema público de Segurança Social, universal e solidário, consagrado na CRP, que desempenha papel fundamental na garantia da segurança económica dos cidadãos e pela defesa da diversificação das suas fontes de financiamento;
- Pela garantia do direito à saúde estabelecido na CRP, direito social fundamental que se concretiza com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e gratuito, conquistado com a Revolução de Abril, exigindo maior investimento público, implementando medidas como a admissão de mais profissionais, a passagem a efectivos dos trabalhadores com vínculos de trabalho precário, a valorização das carreiras, vínculos e remunerações dos profissionais do SNS e combatendo os projectos de privatização e desmantelamento dos serviços de que as parcerias público-privadas são uma expressão;
- Por uma Escola Pública, Democrática, Gratuita, de Qualidade e Inclusiva que a Constituição consagra e o país precisa para se desenvolver e progredir;
- Pela valorização do trabalho e de todos os trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local, pela contratação dos profissionais em falta para dar as respostas necessárias aos trabalhadores e às populações, pela valorização e respeito pelas suas qualificações, carreiras, estatutos profissionais e demais direitos;
- Pela efectivação do direito à habitação;
- Por uma política cultural que assegure o acesso aos meios e instrumentos de criação e fruição culturais;
- Por uma política fiscal que promova a repartição da riqueza, combata as injustiças e desigualdades.

CAPÍTULO V



A LUTA DOS TRABALHADORES POR UM PAÍS SOBERANO, SOCIEDADE MAIS JUSTA E FRATERNA, DE PROGRESSO, NUM MUNDO DE PAZ

A situação mundial é marcada pelo agravamento da crise estrutural do sistema capitalista, que na sua fase imperialista ameaça o mundo com guerras, ingerência, a rapina e destruição dos recursos naturais e do ambiente, o agravamento da exploração dos trabalhadores e a ofensiva contra os direitos dos povos.

Na ofensiva do imperialismo, a exploração dos trabalhadores é inseparável da instabilidade e da militarização das relações internacionais, do neocolonialismo e da disputa pelo controlo de rotas comerciais e dos recursos naturais e da guerra, factores de destruição de estruturas produtivas, do retrocesso nos direitos sociais e da pobreza. Considerando que as políticas da União Europeia estão ao serviço do grande capital e do aumento da exploração dos trabalhadores, a CGTP-IN defende uma "Europa dos Trabalhadores e dos Povos" assente no princípio da solidariedade internacionalista e dos direitos dos trabalhadores e dos povos.

Neste contexto, a CGTP-IN lutará por um País soberano num mundo de paz, progresso e justiça social, designadamente:

- Pela construção de um mundo de Paz, desenvolvido e solidário, em que a luta dos trabalhadores e dos povos por melhores condições de trabalho e de vida, pelo direito a decidirem o seu futuro e rejeitarem as imposições e objectivos do imperialismo são parte integrante da luta pela superação do capitalismo;
- Contra o aprofundamento da natureza federalista, neoliberal e militarista da União Europeia que têm como executores o Conselho Europeu, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, o Tratado Orçamental, a Governação Económica, a União Bancária, a União Económica e Monetária e os Semestres Europeus;
- Contra a exploração capitalista, pelo aprofundamento da solidariedade internacionalista, pela legítima aspiração ao desenvolvimento de Portugal e de cada país, pela igualdade de direitos entre países e um caminho de cooperação internacional baseado na reciprocidade e no interesse e respeito mútuos;
- Pela defesa da soberania e independências nacionais e formas de cooperação baseado no respeito pela soberania dos povos, com relações económicas e comerciais justas.

A CGTP-IN manterá o relacionamento com as confederações sindicais mundiais, com os movimentos sindicais representativos e com actividades de princípios e acção no mundo, em defesa dos interesses dos trabalhadores, reiterando a sua postura de classe e reafirmando o seu estatuto de não filiação em confederações sindicais mundiais.